

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O POVO

Class.: 121

Data: 18/08/85

Pg.: _____

Tapebas: órgãos agora em estado de alerta

A ameaça que paira sobre os índios tapebas, através da devastação do mangue às margens do rio Ceará, onde eles vivem e do qual tiram sua sobrevivência, foi arrefecida depois da reportagem que O POVO publicou denunciando o problema. Os órgãos envolvidos na questão tomaram suas providências e afirmam que estão em estado de alerta.

O delegado regional do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - Francisco Bezerra - que assumiu o cargo sexta-feira da semana passada, já encontrou o caso encaminhado, uma vez que o seu antecessor, Oleude Pinheiro, tinha mandado fiscais ao local onde os índios denunciaram que estava havendo desmatamento, por ordem do proprietário de um terreno à margem direita do rio, Francisco Vidal.

Nesta semana, ele informa que enviará ofícios a várias associações, do Ceará e de outros Estados, que se dirigiram ao órgão pedindo providências em proteção do mangue e dos indígenas. O resultado da fiscalização, segundo Fernando Bezerra, indicou que não estava ocorrendo desmatamento, apenas abertura de linhas para efeito de medição do terreno, o que não chegava a ferir a vegetação de restingas.

Ele foi enfático, no entanto, ao dizer que está alerta para o caso e, ao primeiro sinal de devastação, mandará embargar e punir o infrator. "O chefe da Fiscalização do IBDF está acompanhando de perto a questão. É nossa obrigação defender os mangues de qualquer agressão.

Aliás, trata-se de uma preocupação internacional", disse Bezerra.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA

Outro que está empenhado em acompanhar o caso é o procurador da República no Ceará, Meton Vieira Filho. Na semana passada, ele conta que recebeu uma comissão de índios e mestiços e, com a reportagem do O POVO publicada domingo, pode se inteirar melhor da questão. O procurador analisa, no momento, a possibilidade de entrar com uma medida cautelar em defesa do mangue, baseado na Lei no. 7.347, sancionada recentemente pelo Presidente da República, e que dispõe sobre ações relativas a danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

A delegada em exercício do Serviço de Patrimônio da União, Diva Eugenio de Sousa, também recebeu uma comissão de tapebas na semana passada, recebendo do advogado Sérgio Leitão uma solicitação por escrito de informações sobre a situação jurídica do terreno em questão, que estava sendo vendido ao industrial José Prudêncio.

Ela informou verbalmente que a situação do foreiro Francisco Vidal está legalizada junto à DSPU, só que, até agora, o órgão ainda não foi consultado sobre uma possível transferência, procedimento necessário no caso de venda do terreno. Ela disse mais que determinou ao Departamento de Engenharia proceder a uma vistoria no local, a fim de verificar se os índios estão mesmo dentro do terreno do sr. Francisco Vidal. Ainda não tem, diz, o resultado dessa fiscalização.